

Crise econômica depende de uma solução política

BENEDICTO FERRI DE BARROS

1. É necessário não perder o foco da questão: o problema econômico-financeiro que vivemos conjuntamente há dez anos é eminentemente político. E só politicamente se poderá encontrar uma solução racional, isto é, viável, aceitável, duradoura. Enquanto isso não for compreendido não sairemos das improvisações de douts guarda-livros, que ingênua e inadvertidamente nos empurram para o caos. Caos financeiro, econômico, político e social. Planetário e nacional.

2. Essa é a colocação que tem sido feita pelos maiores homens públicos do cenário mundial, independentemente de suas diferenças de nacionalidade, posições ideológicas e filiações intelectuais ou políticas. É nesse sentido que se têm manifestado Willy Brandt, Valéry Giscard d'Estaing, Helmut Schmidt, Hayek — e, sob aspectos mais setoriais, homens como Martin Feldstein e Paul Volcker.

3. Há consenso quanto à problemática. As grandes teses comuns são idênticas. Todos sabem que o sistema de relações econômicas Norte-Sul é insustentável. Que o chamado sistema financeiro mundial inexistente. Que a ordem monetária internacional desmantelada a partir de 1971 pela ruptura dos acordos de Bretton Woods necessita ser reformulada. Que é indispensável criar novo pacto de convivência econômica entre as nações. Que os esquemas tecnocráticos de ordem gerencial, feitos por executivos financeiros de 3º escalão são iníquos e inoperáveis. Que a dívida global que hoje supera 800 bilhões de dólares continuará crescendo e jamais será resgatada pelo mecanismo de cartas de intenções, auditorias, pedidos de perdão (*waivers*) e outras medidas de sangria e pronto-socorro. Que o protecionismo generalizado, camuflado sob inumeráveis macetes administrativos e burocráticos, impede o aumento das transações mundiais. Que os déficits públicos americanos, a dívida interna americana, os déficits de transações correntes americanos, a política do dólar curto e dos juros altos, o ectoplasma do eurodólar, representam tanto para a economia americana, como para a economia planetária, um perigo equivalente ao do arsenal atômico para a paz mundial.

Esta tem sido a tônica de nossos pronunciamentos como colunista do *O Estado de S. Paulo* desde fins de 1981, e nela temos insistido reiteradamente de então para cá.

4. Neste quadro geral, há que se distinguir duas posições completamente diversas. A das nações super-desenvolvidas, por simplificação englobas das na denominação de Norte, e a das demais nações, designadas como Sul. As primeiras representadas basicamente pelos Estados Unidos e principais nações da comunidade européia, aí incluída a Inglaterra.

As segundas as demais. De um modo geral, o Norte se acha em recuperação, controlou sua inflação, vê crescer sua economia e seu nível de emprego, são nações credoras. Os povos do Sul são nações devedoras e pelo quarto ano consecutivo vêm aumentar suas dívidas, cair sua produção, elevar-se sua inflação, crescer seu desemprego e aumentar sua instabilidade financeira, econômica, política e social.

Os blocos Norte e Sul não constituem unidades homogêneas. Nem coesas. Há divisões, discrepâncias, desacertos e conflitos de situação e posição entre as nações que os compõem. Privilegiam-se os Estados Unidos no bloco do Norte com graves dissonâncias vocalizadas pelo Japão e nações européias e pela própria dissidência interna, expressa dentro dos partidos, no Congresso, por Mr. Volcker e, na própria esfera governamental entre Martin Feldstein, presidente do Conselho de Assesores Econômicos da Presidência, e Donald Regan, o Secretário do Tesouro.

A dívida interna, que ultrapassa a casa do 1,5 trilhão de dólares, os déficits governamentais que poderão alcançar em 1989 a cifra de 1 trilhão, as elevadas taxas de juros que alcançam 11% na *prime-rate* são objeto de preocupação e debates incessantes no Congresso, em Wall Street, no mundo dos negócios. Pois tudo isso constitui ameaça potencial não só à continuidade da recuperação americana, como ameaça de novo surto inflacionário, de descrédito do dólar, de uma ruptura universal da ordem corrente (?) da economia mundial.

5. A situação do Norte — com destaque da posição Norte-americana — reflete-se de forma invertida e perversa no Sul. O que lá se pratica é o inverso daquilo que aqui se impõe por intermédio do FMI, esse organismo de auditor e beileguim das nações credoras. Aqui se impõe redução do déficit público a níveis jamais conseguidos nas nações desenvolvidas de 1945 para cá. Requer-se contenção dos meios de pagamento em nível de 50% de acréscimo contra uma inflação que atingiu 230% ao ano. Impõe-se saldo na balança comercial. Preconiza-se o inverso do que está sendo

praticado pelos Estados Unidos. O Norte prospera, o Sul definha. Seu desenvolvimento aumenta na razão inversa da nossa regressão.

Não há como fugir à conclusão de que a prosperidade do Norte, a redução de sua inflação, o aumento do seu emprego, estão sendo pagos pelo sacrifício do Sul. Mais do que hipócrita e egoísta, esta é uma política suicida. Não só para as nações do Sul, individualmente, que vêem seu empobrecimento econômico se converter em miséria política e social, com a transformação da iliquidez interna em ameaça de insolvência generalizada, com a desativação de sua estrutura empresarial, com a esquizofrenização inflacionária. O próprio Norte — os Estados Unidos em particular — não aguentarão nem interna, nem externamente, a continuação dessa política. Política?

Há um grande mistério nisto tudo para o qual ninguém ainda deu explicação compreensível. Como isto pode acontecer e se sustentar? Vamos citar duas ordens de dados que esclarecem a situação de fato.

O primeiro foi veiculado por um dos últimos números do *The Economist*. De 1978-81 o Sul recebia do Norte cerca de US\$ 28 bilhões em excesso do que lhe remetia. Em 1983, segundo o Banco Mundial, recebeu US\$ 85 bilhões e pagou US\$ 96 bilhões — isto é, remeteu-lhe US\$ 11 bilhões a mais. Como o Sul não imprime dólares, o que mandou a mais foram mercadorias, matérias-primas, produtos semimanufaturados, produtos industriais. Por outras palavras, os que pouco têm mandaram aos que tudo têm mais do que deles receberam. Em que condições?

Aqui vem o segundo fato, exemplificado pelos números do regime de exportação brasileira, recentemente publicado pelos jornais. Dos dez principais produtos básicos, sete foram vendidos a preços mais baixos em 1983; dos dez produtos semimanufaturados principais, repetiu-se o mesmo com os outros sete; dos seis produtos industriais principais, todos foram exportados a preços mais baixos. Além disso, cortamos drasticamente importações, o que significa: recebemos menos. Assim cumprimos com a obrigação assumida de alcançar o superávit de US\$ 6 bilhões firmada com nossos credores, sob intermediação do FMI. Em português corrente: aumentamos de 40%, 30%, 20% o volume de mercadorias e bens remetidos, para, a preços mais baixos, conseguirmos 10 a 20% a mais de dólares. Remeter a mais, a preços mais baixos, para “fazer dóla-

res” não pode ser chamado de solução. O nome é suicídio.

E para o Norte? Claro que, recebendo mais mercadorias, a preços menores, é possível realizar o milagre de reduzir a inflação interna.

Porém há mais. Mesmo a preços mais baixos, o Norte só recebe mercadorias que não possam competir com as que produz internamente. Mercadorias brasileiras cujos preços possam competir nos mercados do Norte com a produção local estão barradas pelas mil e uma formas de protecionismo. Assim é fácil manter em funcionamento as empresas de lá e combater o desemprego. Um depoimento do embaixador Sergio Correa da Costa perante “The American Society” em meados de janeiro informava que uma contagem preliminar levantara medidas discriminatórias contra os produtos brasileiros da seguinte ordem: 68 casos no mercado japonês, 316 no mercado norte-americano, 520 na Comunidade Econômica Européia.

7. As autoridades brasileiras responsáveis pelas grandes linhas da nossa política no campo internacional conhecem a problemática. Seus pronunciamentos e denúncias se afinam perfeitamente com os que estão sendo feitos pelos grandes homens públicos mundiais. A colocação inicial, básica, e ainda hoje insuperável na sua lucidez e franqueza, está inscrita no discurso do presidente Figueiredo feito na ONU no início de outubro de 82, quando, após ter exposto a difícil situação dos países em desenvolvimento no quadro da crise mundial, asseverou: “Todo esse sacrifício ainda poderia ser tolerado se, em decorrência, a recomposição da ordem econômica internacional pudesse ser vislumbrada num horizonte de tempo razoável. Infelizmente, este não é o caso”.

Em meados de janeiro deste ano homens do Itamarati explicitaram incisivamente essa posição geral. No mesmo dia em que nosso embaixador em Washington fazia o discurso perante a “The American Society”, ao qual já nos referimos, dizendo que a situação deveria “preocupar os que determinam a política no mundo inteiro”, nosso ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro, declarava na Conferência Econômica Latino-Americana, em Quito: “Pela primeira vez sentimos materializarem-se, em toda sua força e extensão, os vícios e precariedades de um sistema internacional que há muito denunciávamos como instável, mas que não supuséramos pudesse vir a depositar sobre nossos ombros, de maneira tão abrupta e desproporcional, a

pesada carga de suas disfunções”. E mais adiante, de forma ainda mais direta e incisiva: É paradoxal a situação em que hoje nos encontramos, de, em sendo países pobres e estruturalmente carentes de capital, estarmos a transferir recursos reais para o mundo desenvolvido, subsidiando-lhes a recuperação, enquanto vemos drasticamente tolhida nossa capacidade de revigorar nossas economias. (...) Os ajustamentos que certamente temos de fazer não devem destruir nossa própria capacidade produtiva, para não falar nos riscos políticos e sociais decorrentes”.

Não se poderia ser mais claro. É uma pena que pronunciamentos como estes não sejam universalmente lidos, meditados, difundidos e comentados por toda a comunidade brasileira.

Recentemente, novos e cada vez mais incisivos pronunciamentos partiram do Itamarati, cuja citação lastimamos não poder fazer por se haverem extraviado nossos recortes. Lembrou-me de outra ocasião em que, encurralados por imposições externas, Juscelino Kubitschek repeliu intromissões e tutelias e lançou uma ação política interamericana que Kennedy se apressou em encampar. A operação Kennedy acabou esvaziando como bolha furada e esquecida, mas nós nos livramos de ficar pedindo perdão (*waivers*) a auditores de credores do Brasil. Figueiredo também lembrou a necessidade da união e ação conjunta dos latino-americanos, mas, ainda recentemente, o embaixador americano no Brasil considerou como patacoadas as questões Norte-Sul e quejandas, afirmando que, eventualmente, só os não alinhados podem preocupar os Estados Unidos. A dica está dada. Não poderia ser mais clara.

8. Uma ressalva se impõe. Não somos antiamericanistas. Nem pró Estados Unidos. Somos apenas brasileiros. Por acaso — um acaso feliz — compartilhamos de alguns valores e ideais que são comuns aos nossos povos e nações, tais como a democracia e a liberdade, o respeito pelo indivíduo e a valorização do homem. O que não quer dizer que nos sentimos alinhados a políticas e interesses de qualquer nação. Nações maduras, como indivíduos, respeitam-se mutuamente e cuidam cada uma de seus próprios interesses. É bom quando esses interesses coincidem, mas o diálogo é difícil quando as lideranças se omitem e o provincianismo, o egotismo nacionalista prevalecem. É o caso atual. Insensibilidade e omissão. Não do povo nem da nação americana, mas dos que hoje — queiram ou não saibam — são os líderes da comunidade ocidental.

9. Distingo minha posição pessoal de grande número dos que ouço falar sobre o Brasil e os brasileiros. Não por ufanismo ingênuo, nem por nacionalismo primário e jacobinista. Reunindo mentalmente testemunhos e fatos os mais variados, que me têm chegado por vias as mais diversas, estou convencido de que atingimos — ainda que poucos se dêem conta disso — nossa maturidade como povo e nação. Para trás ficou a adolescência incerta e a mocidade meramente sonhadora. Não só na sua estrutura material, para a qual a revolução de 1964 muito contribuiu, a despeito de seus erros faraônicos, mas antes, e sobretudo, pela multiplicação e elevação de nível da qualidade de seus homens, a despeito, ou por causa mesmo do jejum político, cujos resultados eles podem hoje avaliar objetivamente por não se haverem nele comprometido. Somos hoje uma nação madura em valores, em caráter, em capacidade de crítica e auto-afirmação. Há muito maior número de homens de bem, de capacidade, de patriotismo, hoje, do que havia no começo da vida ativa de minha geração.

Eles estão mais atualizados com o mundo e conhecem o Brasil melhor do que, quando moço, nos era possível conhecer. Não confundamos a conjuntura e a minoria com a Nação. Elas são excrementos e transitórias. Por mais problemático, incerto e penoso que o processo de transição possa ser, ele será muito mais rápido, muito mais sereno, muito mais fácil e fecundo que hoje somos capazes de visualizar. Uma nação são seus homens.

E as reservas humanas do Brasil são hoje, já, incomensuráveis. As disposições da mocidade que tenho verificado, a força dos homens que estão surgindo, não me deixam dúvida alguma sobre o dia de amanhã. Isto não diz respeito a todos sem exclusão de outros. Todo o povo tem seu lixo humano. A despeito de tudo, o nosso é pequeno. Minoritário. Claramente conhecido e identificável. É verdade que as instituições se tornaram inaceitáveis. Mas no Brasil instituições são passíveis de mudança do dia para a noite.

Com poucos e corajosos projetos voltados para o próprio Brasil integraremos rapidamente a marginalizada população de “brasilianos” no século XX vivido pela 8ª nação econômica do mundo. Forças Armadas continuam sendo, por razões históricoculturais, o núcleo e a derradeira instância do projeto nacional brasileiro. Mas também elas são constituídas de brasileiros. Ponto final.